

Percepções de futuros professores de Ciências e Biologia, acerca das contribuições do Estágio Supervisionado no debate sobre Educação Inclusiva

Perceptions of future Science and Biology teachers about the contributions of the Supervised Internship to the debate on Inclusive Education

Luiza Dórea de Santana Silva

Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC)
ldssilva.lbi@uesc.br

Matheus dos Santos Reis

Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC)
msreis.lbi@uesc.br

Viviane Borges Dias

Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC)
vbdias@uesc.br

Resumo

Considerando que a matrícula de alunos com deficiência já é uma realidade em muitas escolas brasileiras, aspectos como acessibilidade arquitetônica e curricular e formação de professores, vem se tornando temas de diversas pesquisas. Contudo, alguns estudos vêm apontando que em função da ausência de disciplinas específicas que possam debater a inclusão, o Estágio Curricular Supervisionado (ECS) tem se constituído como espaço relevante para a abordagem do tema. Assim, a pesquisa objetivou analisar o papel do ECS do curso de licenciatura em Ciências Biológicas, nas discussões sobre Educação Inclusiva. A pesquisa tem abordagem qualitativa e a coleta de dados foi por meio de questionário, o qual foi enviado a 60 licenciandos em Ciências Biológicas da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Como resultado, constatamos que as disciplinas de ECS tem grande relevância no que tange às discussões sobre Educação Inclusiva.

Palavras chave: educação inclusiva, estágio, formação de professores.

Abstract

Considering that the enrollment of students with disabilities is already a reality in many Brazilian schools, aspects such as architectural and curricular accessibility and teacher training have become subjects of several studies. However, some studies have pointed out that, due to

the absence of specific disciplines that can discuss inclusion, the Supervised Curricular Teaching Internship (SCTI) has been constituted as a relevant space to approach the theme. Thus, the research aimed to analyze the role of the SCTI of the Biological Sciences undergraduate course in discussions about Inclusive Education. The research has a qualitative approach and data collection was done through a questionnaire, which was sent to 60 undergraduate students of Biological Sciences at the Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). As a result, we found that the SCTI courses have great relevance when it comes to discussions about Inclusive Education.

Key words: inclusive education, internship, teacher training.

Introdução

As discussões sobre Educação Inclusiva são de extrema relevância e, cada vez mais vêm sendo necessário trabalhá-los nos cursos de formação de professores. Segundo Mantoan (2003, p.16), “a inclusão implica uma mudança de perspectiva educacional, pois não atinge apenas alunos com deficiência e os que apresentam dificuldades de aprender, mas todos os demais”. A EI Educação Inclusiva, apresenta uma concepção politizada, que propõe a modificação da escola a fim de que seja possível o acesso e a permanência de todos os alunos, onde não há barreiras para a aprendizagem.

Sendo assim, se faz cada vez mais necessário trabalhar junto aos estudantes dos cursos de licenciatura, temáticas que abordem a Educação Inclusiva e, por conseguinte, possibilitar ações e práticas pedagógicas futuras, que possam fazer a diferença no cenário educacional atual, a fim de que haja o desenvolvimento de uma práxis educativa voltada à inclusão de todos os alunos e, especificamente em relação ao que discutimos nesse trabalho, a dos estudantes com deficiência.

De acordo com Fiorini e Manzini (2014), a maioria dos cursos de formação de professores não disponibiliza disciplinas específicas que tratem sobre aspectos e conceitos com vistas à educação inclusiva. Essa ausência, pode acarretar um eventual despreparo desse futuro professor que vai, a longo prazo, atuar em sala de aula, com alunos em situação de inclusão. Segundo Sacristán (1999), a formação de educadores é uma das pedras angulares imprescindíveis à renovação do sistema educativo. Logo, é necessário buscar soluções desde a formação inicial dos professores, capacitando-os para que estejam aptos a trabalhar com estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação.

Considerando o exposto e, em virtude da ausência de disciplinas específicas que contemplem essa temática, o Estágio Curricular Supervisionado (ECS), surge como possível espaço para discussões que relacionem Educação Inclusiva e Formação de Professores. Por esse motivo, eles foram nosso objeto de estudo, visto que podem possibilitar ao futuro docente um contato maior com a sala de aula, e a interação com as diferentes realidades intrínsecas à sua profissão. Segundo Agapito e Ribeiro (2013), os cursos de formação inicial necessitam acompanhar as demandas da profissão docente, e pensar e repensar em práxis que sejam condizentes com o atual momento.

A pesquisa, portanto, objetivou analisar junto aos alunos do curso de licenciatura em

Ciências Biológicas da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), suas percepções acerca do papel das disciplinas de Estágio Curricular Supervisionado (ECS) como espaços possíveis para o debate sobre Educação Inclusiva.

Aspectos legais da Educação inclusiva e sua relação com os Estágios

De acordo com dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2021), o número de matrículas de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades chegou a 1,3 milhão no ano de 2020. O documento destaca ainda um aumento de 34,7% na matrícula deste grupo de estudantes entre os anos de 2016 e 2020.

Sendo assim, é cada vez mais urgente que os cursos de formação de professores insiram em seus currículos, aspectos políticos e éticos que dimensionem a educação inclusiva como proposta que pode contribuir significativamente para a qualidade da educação (DIAS; ROSA; ANDRADE, 2015).

De acordo com Fiorini e Manzini (2014), a maioria dos cursos de licenciatura trazem apenas disciplinas isoladas em seus currículos, apresentadas de forma reducionista e/ou aligeirada. Para Dias (2018), há uma escassez de produções que articulem currículo e Educação Inclusiva, e, quando há ocorrência de trabalhos que versem sobre a proferida temática, estes limitam-se à como funcionará as devidas adaptações para atender aos alunos com deficiência em sala de aula, não havendo uma análise crítica acerca dos motivos que levam à exclusão desses alunos como também das tentativas de enquadrá-los em um padrão de normalidade.

Por tudo isso, a ausência de diálogos que versem sobre a Educação Inclusiva promove, de certo modo, um distanciamento do cotidiano escolar por parte desses cursos, não preparando os licenciandos para atenderem as demandas reais do sistema de ensino e, com isso, elaborar aulas cuja prática contemple a perspectiva da inclusão.

Considerando o cenário acima apresentado, algumas pesquisas (BASSO; 2015; DIAS, 2018; ROCHA-OLIVEIRA, 2019) têm apontado o espaço das disciplinas de Estágio Supervisionado, como um *locus* propício para as discussões sobre inclusão, especialmente porque ao adentrarem as escolas de educação básica, os futuros professores têm contato direto com alunos com deficiência, e como dito anteriormente, esse grupo de pessoas tem ocupado cada vez mais as salas de aula regulares.

Diante do exposto, é fundamental analisarmos o papel dos estágios dos cursos de licenciatura e sua relação com as discussões sobre educação inclusiva, a partir do ponto de vista dos futuros professores de Ciências e Biologia, já que as poucas pesquisas nesse campo estão concentradas em aspectos curriculares e/ou pautadas na percepção dos docentes universitários.

Metodologia da pesquisa

Este trabalho constitui-se de um recorte da pesquisa de Iniciação Científica finalizada em agosto de 2022. Para o desenvolvimento inicial da pesquisa, o presente projeto foi

submetido e aprovado¹ pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) em dezembro de 2021, para que as demandas éticas da pesquisa com seres humanos fossem atendidas, a fim de que não houvesse prejuízos às partes envolvidas.

A pesquisa teve abordagem qualitativa. Participaram do estudo 51 licenciandos do curso de Ciências Biológicas da UESC, que tivessem cursado o Estágio Curricular Supervisionado I (Anos Finais do Ensino Fundamental) e/ou o Estágio Curricular Supervisionado III (Ensino Médio), nos semestres de 2021.1 a 2022.1.

Para localizar os participantes, foi necessário entrar em contato com o Colegiado do curso e com docentes em regência dos ECS, para cumprir o critério de identificação dos alunos que estavam aptos a participarem da pesquisa, ou seja, terem cursado o Estágio I e/ou o Estágio III.

A coleta de dados foi por meio do questionário que continha 19 perguntas que delimitavam o perfil dos participantes e perguntas referentes às experiências vivenciadas nas disciplinas de ECS em relação à Educação Inclusiva. Junto com o instrumento foi enviado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e um espaço para os participantes assinarem o referido termo, autorizando a participação na pesquisa.

Em função do cenário pandêmico, o questionário foi elaborado pelo Google Forms e enviado aos 60 participantes que atendiam aos critérios listados acima, via e-mail ou WhatsApp, além de ter sido divulgado na rede social Instagram. No entanto, 51 licenciandos devolveram o questionário respondido.

Os dados foram criteriosamente analisados, descritos e expressos em gráficos para uma melhor visualização.

Resultados e discussão

Participaram da pesquisa **51** licenciandos do curso de Ciências Biológicas da UESC. Para facilitar a leitura e compreensão dos resultados obtidos e preservar a identidade dos participantes, nomeamos cada aluno como A1, A2, A3 [...] A51, onde a letra A simboliza o termo aluno/a e os números indicam a ordem em que cada um respondeu o questionário.

Dos **51** participantes, **29** são do sexo feminino e **22** do sexo masculino. Em relação aos estágios, **14** afirmaram ter cursado o Estágio I e III e **37** licenciandos tinham cursado apenas o Estágio I.

A análise foi organizada a partir da leitura das respostas dos questionários dos **51** licenciandos que participaram da pesquisa. Os dados foram analisados à luz da análise do conteúdo (BARDIN, 2016) e foram organizados em cinco categorias de análise, mas neste trabalho apresentaremos apenas duas categorias, a saber: *a) Conhecimentos prévios e relação dos participantes com o tema e; b) Discussões sobre Educação Inclusiva nos Estágios Curriculares Supervisionados.*

É importante salientar que, o curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da UESC atualmente conta com duas disciplinas que versam sobre a Educação Inclusiva, de forma mais

¹ Número CAAE: 54115321.4.0000.5526

específica, sendo elas: Libras e Educação Inclusiva para o Ensino de Ciências e Biologia. Esta última mencionada foi inserida recentemente no semestre de 2022.1 na grade de disciplinas obrigatórias do novo currículo do curso, em decorrência da iminência do novo PPC. Logo, como a inserção da disciplina de Educação Inclusiva no currículo de forma obrigatória é recente, então muitos dos alunos entrevistados não fizeram a mesma enquanto ainda estava sendo ofertada como optativa.

Conhecimentos prévios e relação dos participantes com o tema

Questionamos aos participantes sobre o que entendiam por educação inclusiva. Todos os participantes disseram que a Educação Inclusiva é uma educação que busca incluir a todos e valorizar as diferenças. Vejamos alguns relatos:

Uma educação que consiga atender (incluir) as subjetividades de cada indivíduo, dando a todos a oportunidade de desenvolverem suas potencialidades, evitando algum tipo de padronização equivocada que, no fim das contas, serve apenas para excluir os alunos dos processos formativos. (A2, grifo nosso)

É uma educação que propõe uma equidade de ensino para todos os alunos. Seria a inserção de pessoas com deficiência em turmas de alunos regulares com intuito de promover uma convivência com a diversidade de forma proveitosa e respeitosa. (A6, grifo nosso)

Processo de educação que viabiliza a oportunidade de todos se sentirem parte do processo de aprendizagem, que consiga inserir e atender a toda turma de acordo com a necessidade de todos. (A7, grifo nosso)

Uma educação que busque contemplar e integrar os estudantes que possuem alguma deficiência com os demais estudantes (A13, grifo nosso)

É a inserção de todos dentro da sala de aula, participando ativamente da turma de "ensino regular", onde a escola se estrutura para pensar num todo. (A19, grifo nosso)

Entendo a educação inclusiva como uma concepção de ensino que visa a valorização das diferenças e direitos de oportunidades, abrangendo diversidades étnicas, sociais, culturais, intelectuais, físicas, sensoriais e de gênero dos seres humanos. (A20, grifo nosso)

Ao serem questionados a respeito do que eles entendem por Educação Inclusiva, é possível observar que os licenciandos têm uma ideia prévia de seu conceito. Uma característica marcante da maioria das respostas, é que as mesmas estão atreladas a vocábulos como **incluir, oportunizar, integrar e inserir**.

Para Mantoan (2003), integrar e inserir conquanto tenham significados semelhantes, são destinados a expressar situações de inserção diferentes. Segundo a autora, integrar ou integração é a “inserção de alunos com deficiência nas escolas comuns” (MANTOAN, 2003, p.15), enquanto incluir ou inclusão “implica uma mudança de perspectiva educacional, pois não atinge apenas alunos com deficiência e os que apresentam dificuldades de aprender, mas todos os demais.” (MANTOAN, 2003, p.16).

A Educação Inclusiva então, não somente é uma modalidade da educação com o bojo de incluir todos os alunos na sala de aula regular, mas apresenta uma perspectiva ampla, política e democrática, com vistas à resolução de problemas estruturais, pedagógicos e formativos que impliquem no processo de ensino e aprendizagem fazendo com que haja melhores condições dos educandos permanecerem nesse ambiente e que este seja livre de quaisquer barreiras atitudinais, que reverbere em situações de exclusão.

Em seguida, os licenciandos foram questionados se percebem e/ou se existem diferenças entre Educação Inclusiva e Educação Especial. As respostas podem ser melhor visualizadas no gráfico 1.

Gráfico 1: Em sua concepção, existe diferença entre Educação Especial e Educação Inclusiva?



Fonte: Dados da pesquisa, 2022.

Quando questionados quanto uma possível justificativa para a resposta dada, no geral foi dito que a Educação Especial se refere a um atendimento especializado, exclusivo, separado, para as pessoas com deficiência. Quanto à Educação Inclusiva, os pesquisados afirmaram que se trata de uma educação mais ampla, de socialização para todos. Abaixo alguns relatos:

Acredito que a educação especial faz um atendimento separado, a educação inclusiva como o nome já diz, propõe aproximar o estudante com transtorno da realidade comum aos outros colegas em sala de aula. (A3, grifo nosso).

Educação especial é direcionada a alunos com necessidade especial. Educação inclusiva, é uma educação para todos. Com necessidade especial ou não. (A4, grifo nosso)

São duas modalidades distintas, quando se fala de educação especial estamos falando da educação pensando em indivíduos com alguma deficiência, sendo esta física ou intelectual. Já a educação inclusiva tem o intuito de incluir minorias como os portadores de deficiência, mas também negros, gordos, homossexuais entre outros. Assim, a educação inclusiva pensa em não apenas como ensinar esses grupos, mas também garantir que estes fazem parte efetiva do processo de aprendizagem. (A24, grifo nosso)

Apenas **dois** alunos afirmaram não haver diferença entre os termos:

Acredito que não há diferenças. (A5)

Não conheço o termo educação especial. (A30)

Pelo exposto, consideramos que a maioria dos respondentes tem compreensão de que embora os dois termos sejam utilizados muitas vezes como sinônimos ou vistos de forma associadas, eles realmente detêm perspectivas diferenciadas. Nesse sentido, a resposta dada pelos licenciandos foi satisfatória, afinal eles conseguiram elencar aspectos relevantes que distinguem a Educação Inclusiva da Educação Especial.

Convém destacar que A24, embora tenha uma compreensão ampliada acerca da diferença entre os dois vocábulos, utilizou em sua fala a palavra “portador”, que é um termo inadequado, não sendo mais utilizado atualmente. O termo “portar uma deficiência” refere-se a “carregar” e sugere intrinsecamente que é possível se desfazer dela em algum momento. Contudo, a pessoa em questão não carrega uma deficiência e sim tem uma deficiência. O termo correto é “pessoa com deficiência” assim, coloca-se o indivíduo à frente de sua condição e o valoriza independente dela. (SOUZA ET AL., 2022).

Discussões sobre Educação Inclusiva nos Estágios Curriculares Supervisionados

Os licenciandos foram questionados acerca das disciplinas de ECS terem contribuído como espaço para discussões que envolvam a Educação Inclusiva. **Todos** os pesquisados reconhecem que as disciplinas de ECS são muito importantes para que o debate sobre educação inclusiva seja efetivado.

Na justificativa da referida pergunta, alguns participantes afirmaram que pelo fato de o Estágio ser um momento de prática, acaba tornando-se ideal para se trabalhar temas como esses, a fim de adequar a educação para todos. Vejamos algumas justificativas:

A disciplina de estágio por ser um momento de prática e de "mão na massa" é o momento perfeito para que possamos discutir tais tema, pois podemos ter casos assim em nossas salas de aula e poderemos usar para aprender e trocar experiências. (A1, grifo nosso)

Na maioria das vezes, o estágio é o primeiro contato do estudante de licenciatura com o mundo docente e no meu caso particularmente, tive medo de ter uma situação em que eu precisaria ter o embasamento adequado e não tinha. Ter consciência do que é certo, do que é inclusão, não nos torna capazes de trabalhar, de saber lidar com situações que possam surgir e fazer com que o aluno realmente tenha uma educação inclusiva e não especial. Dessa forma, acho importante o embasamento teórico em sala de aula. (A20, grifo nosso)

Convém reforçar que as disciplinas de ECS não apresentam como objetivo central a discussão sobre a educação inclusiva. Segundo Dias (2018), existe sim um potencial formativo dos Estágios como locus para discussão desses temas, contudo, esse espaço não deve ser visto como o único para se abordar tais temáticas, sob a justificativa tradicional de se configurar como um espaço de prática, pois nesse sentido acaba por desresponsabilizar, mesmo que indiretamente, as outras disciplinas do curso de assumirem essa questão como algo fundamental.

Sendo assim, consideramos o ECS como *locus* propício para que discussões sobre a Educação Inclusiva, mesmo que não havendo um conteúdo delimitado na ementa destas disciplinas, mas por entendermos que ao longo do ECS, os licenciandos possivelmente terão contato com alunos em situação de inclusão. As contribuições da referida disciplina para a formação inicial do professor são inegáveis, visto que é nessa etapa do curso que o até então estudante passa para o outro lado e ocupa o papel de docente, sendo um momento propício para que ele ponha em ação o que foi visto na teoria ao longo da sua formação.

Considerações finais

Tratar de aspectos que dimensionem a educação inclusiva se faz cada vez mais necessário em cursos de formação inicial. Logo, inserir no currículo disciplinas que abordem essa temática contribuem sobremaneira na formação do futuro professor, que, por sua vez, estarão aptos a atuar diante da diversidade em sala de aula.

Haja vista, mesmo com a inserção recente da disciplina de Educação inclusiva na grade curricular obrigatória do curso de licenciatura em Ciências Biológicas da UESC, há a necessidade dessa temática ser também trabalhada em outros momentos da graduação. Concluimos, portanto, através das respostas dos licenciandos que, os Estágios Curriculares Supervisionados (ECS) tem se constituído como espaços de extrema importância para o debate da Educação Inclusiva.

Os licenciandos pesquisados, de maneira geral, afirmaram que as disciplinas de ECS trazem contribuições muito além da formação prática, mas também, traz a realidade da sala de aula à tona, de maneira a aproximar o futuro professor de Biologia com seu futuro espaço de trabalho, a sala de aula. As discussões sobre Educação Inclusiva nos ECS possibilitam que os licenciandos tenham acesso às diferentes realidades, que certamente terão acesso, bem como contribuir com o debate sobre educação inclusiva, temática tão relevante e que está diretamente relacionada à prática da sala de aula, pois como afirmamos anteriormente, a diversidade tem se constituído uma marca da educação na contemporaneidade. Consideramos que a presença do viés inclusivo nos cursos de licenciatura pode propiciar uma formação mais abrangente, inclusiva e, portanto, democrática.

Agradecimentos e apoios

Agradecemos ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo apoio e fomento à pesquisa.

Referências

AGAPITO, J; RIBEIRO, S. M. **A contribuição do estágio supervisionado para a formação inicial de professores na perspectiva da educação inclusiva.** In: XI CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO - EDUCERE, 2013, Curitiba, p. 23009-23018. Disponível em: <https://educere.bruc.com.br/CD2013/pdf/7365_4753.pdf> Acesso em: 15 de out. 2021.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2016. Disponível em <<https://madmunifacs.files.wordpress.com/2016/08/anc3a1lise-de-contec3bado-laurence-bardin.pdf>> Acesso em: 17 de out. 2021.

BASSO, S.P.S. **Cursos de licenciatura na área de ciências: a temática inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais.** 2015. 131 p. Tese (Doutorado). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências, Bauru, 2015. Disponível em: <<http://www.htps://repositorio.unesp.br/handle/11449/135946.pdf>>. Acesso em: 19 de out. 2021.

BRASIL. INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Notas Estatísticas. **Censo Escolar 2020.** Ministério da Educação. Brasília, 2021. Disponível em: <https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/notas_estatisticas_censo_escolar_2021.pdf>. Acesso em: 29 de nov. 2021.

DIAS, M. Á. de L; ROSA, S. C; ANDRADE, P. F. Os professores e a educação inclusiva: identificação dos fatores necessários à sua implementação. **Psicologia USP**, v. 26, p. 453-463, 2015.

DIAS, V. B. **Formação de professores e educação inclusiva: uma análise à luz da teoria crítica da sociedade.** 2018. 263 p. Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade PPGEDUC). Universidade Estadual da Bahia, Salvador, 2018. Disponível em: < <http://www.cdi.uneb.br/site/wp-content/uploads/2018/11/Tesep%C3%B3s-defesa-com-ficha-e-folha-para-CD-1.pdf>> Acesso em: 13 de out. 2021.

FIORINI, M. L. S; MANZINI, E. J. Inclusão de alunos com deficiência na aula de educação física: identificando dificuldades, ações e conteúdos para prover a formação do professor. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 20, n. 3, p. 387-404, 2014. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/rbee/a/ND8hHt9gKnHDTZwMdyns3JG/abstract/?lang=pt>> Acesso em: 20 de out. 2021.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?.** São Paulo: Moderna, 2003.

SACRISTÁN, J. G. **Poderes Instáveis em Educação.** Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

SOUZA, B. M. A et al. Rede de cuidado à pessoa com deficiência. **Brazilian Journal of Development**, v. 8, n. 7, p. 51237-51255, 2022.